

investigação criminal

▷ **INQUÉRITO POLICIAL**: mecanismo utilizado pela autoridade policial para elucidar a prática de infrações penais e sua autoria.

↳ características:

- Procedimento escrito: de acordo com o art. 9º CPP, todas as suas peças devem estar escritas.

- Procedimento sigiloso: de acordo com o art. 20 CPP é normal que as investigações sejam feitas de forma sigilosa para o sucesso da elucidação dos crimes.

importante → Súmula vinculante número 14 - STF: de acordo com essa súmula, não pode ser negado o acesso ao inquérito ao advogado, uma vez que eles devem conhecer o que pesa em desfavor do seu cliente numa investigação criminal.

↳ É importante ressaltar que o advogado só pode acessar aquilo que já tiver documentado no inquérito.

- oficialidade: o inquérito é conduzido pelo Estado, na pessoa do Delegado de Polícia, não podendo pessoa comum proceder as investigações.

- oficiosidade: o Delegado atua de ofício diante da ocorrência de uma infração penal.

↳ exceções: ação penal privada e ação penal pública condicionada

- autoritariedade: cabe ao Delegado de Polícia conduzir as investigações.

- indisponibilidade: a Autoridade policial não poderá arquivar os autos investigativos, somente podendo solicitar o arquivamento.

- inquisitivo: o inquérito é feito pela Autoridade policial de forma discricionária, cabendo a ele determinar as diligências que achar necessárias.

- dispensável: não é indispensável o inquérito, ou seja, as provas do crime podem ser encontradas por outras peças informativas.

importante

→ o MP dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de 15 dias.

▷ **INSTAURAÇÃO DO I.P.**: o início do I.P. só irá acontecer se houver a notícia crime.

↳ diferente de queixa-crime:

A notícia crime pode ser feita:

- na ação penal pública incondicionada: de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do MP; ou a requerimento do ofendido ou de quem tenha a qualidade de representá-lo.
- na ação penal pública condicionada: através da representação da vítima ou de seu representante legal; por meio de requisição do MP.
- na ação penal privada: somente pode ser feita por quem esteja qualificado a fazê-la.

▷ **DILIGÊNCIAS NO INQUÉRITO POLICIAL**: todas as diligências que deverão ser feitas pela Autoridade Policial estão todas no art. 6º CPP, constituindo uma espécie de roteiro investigativo a ser seguido.

Além do disposto no artigo mencionado, a autoridade policial pode efetuar a reprodução simulada dos fatos, caso isso não contrarie a moralidade ou a ordem pública, de acordo com o art. 7º CPP.

importante

→ art. 13-A e 13-B do CPP.

sem autorização judicial → necessita de autorização

▷ **INCOMUNICABILIDADE DO INDICIADO NO PROCESSO PENAL**: art. 21 CPP - que traz essa medida e ela está atualmente revogada pela sistemática constitucional, não possui mais aplicabilidade na prática.

▷ **PRAZO PARA ENCERRAMENTO DO I.P.**: existem prazos variados p/ a conclusão do I.P.

° PROCEDIMENTO

- Justiça Estadual: 10 dias (indiciado preso) e 30 dias (indiciado solto).
- Justiça Federal: 15 dias (indiciado preso) e 30 dias (indiciado solto).
- Lei de drogas: 30 dias (indiciado preso) e 90 dias (indiciado solto).

▷ **ARQUIVAMENTO:** a autoridade Policial não poderá arquivar os autos de inquérito. Os casos mais comuns de arquivamento de I.P são os de ausência de tipicidade penal e extinção de punibilidade.

↳ **desarquivamento:** somente pode ser feito se surgirem novas provas acerca da infração penal, lembrando que isso é possível porque o despacho judicial que procede ao arquivamento não faz coisa julgada material. Simplificando, se surgir provas novas, o Delegado de Polícia poderá reabrir as investigações arquivadas anteriormente.

▷ **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL:** foi uma inovação do pacote anticrime.

Esse acordo é ofertado exclusivamente pelo membro do M.P, não havendo previsão pl Delegados de Polícia e Delegados Federais.

↳ art. 38-A, CPP: é importante lembrar dos requisitos cumulativos, quais sejam, confissão formal e circunstanciada da prática da infração penal; infração penal sem violência ou grave ameaça à pessoa; e infração penal cuja pena mínima seja inferior a 4 anos.

importante → também destacam-se os de natureza alternativa ou cumulativa, podendo o membro do M.P optar por todos os requisitos em conjunto ou alternadamente, uma vez que o legislador utilizou-se da expressão "cumulativa e alternativamente".

↳ 3 ~~inici~~ incisos são de ordem pecuniária e um de natureza laboral.